

Política & Saúde | Alta Complexidade em Pauta

EDITORIAL

Para reduzir os gastos com a Previdência Social, estimados em mais de R\$ 6 bilhões por ano, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União uma portaria que irá convocar segurados que recebem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez há mais de dois anos para uma nova revisão da perícia médica. Essa medida visa coibir o recebimento desses benefícios por pessoas que estejam em plenas de condições de retorno às atividades laborais.

No Senado Federal um projeto que visa a transparência na lista de cirurgias programadas pelo SUS foi aprovado Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Uma das penalidades do texto é classificar essas irregularidades nas filas como um ato de improbidade administrativa.

Muito embora esteja em vigor desde o ano de 2012, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. A Regulação em Saúde no SUS é incipiente. Atualmente há diversas falhas na comunicação dos hospitais com os pacientes e/ou familiares. Sem acesso à in-



Foto: ©Alta Complexidade Política & Saúde

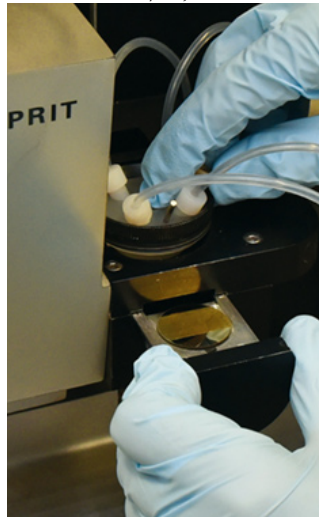
formação, à priorização pela classificação de risco, ausência de transparência, dificulta o controle social e o acesso oportuno aos serviços de saúde.

Na área de Saúde Suplementar, a ANS passará a cobrar o ressarcimento ao SUS referente aos procedimentos odontológicos obrigatórios, utilizados por beneficiários das operadoras que utilizam serviços realizados pela rede pública. Para que a cobrança seja realizada, as operadoras devem estar cadastradas no site da agência no Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS (PERSUS).

PESQUISA

Pesquisador da Unicamp desenvolve biossensores para o diagnóstico da Leishmaniose Visceral

Foto: Antoninho Perri/ Edição: André Vieira



Resultados obtidos em tese de doutorado defendida no Instituto de Química da Unicamp oferecem uma contribuição significativa para diagnóstico e programas de controle da Leishmaniose Visceral (LV), a forma mais grave da doença provocada pelo protozoário *Leishmania*, e responsável por índice elevado de óbitos. O autor da tese, Dênio Souto, desenvolveu biossensores para detecção de anticorpos específicos da LV que permitem análises mais rápidas, sensíveis e seletivas em comparação às análises obtidas em ensaios empregados em rotinas clínicas – e, melhor, que podem ser estendidos para outras doenças, como a de Chagas. O estudo foi orientado pelo professor Lauro Tatsuo Kubota, no seu Laboratório de Eletroquímica, Eletroanalítica e Desenvolvimento de Sensores. Segundo o pesquisador, mais de 90% das infecções da leishmaniose visceral estão concentradas na Índia, Brasil, Bangladesh, Nepal e Sudão, mas estudos mostram um aumento de casos em todo o mundo e a expectativa de que as mudanças climáticas venham a causar impacto significativo na Europa. “Existem sintomas característicos da LV, como febre alta, dor de cabeça, anemia, e outros mais específicos que são os inchaços do fígado e do baço. Em áreas endêmicas, os exames são feitos periodicamente em praticamente toda a população, principalmente porque há os pacientes assintomáticos. Uma vez acometido pela LV e havendo comprometimento das vísceras, o paciente que não é tratado corretamente pode ir a óbito em pouco tempo.” Fonte: Luiz Sugimoto/ *Jornal da Unicamp*

Foto: Melaka-Manipal Medical College/Reprodução



Odontologia irá ressarcir o SUS

No segundo semestre de 2016, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) passará a cobrar o ressarcimento ao SUS referente aos procedimentos odontológicos obrigatórios. Esta medida é fruto do início da cobrança dos procedimentos ambulatoriais registrados por meio de Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC), que se iniciou em maio de 2015, com o lançamento do 54º Aviso de Beneficiário Identificado (ABI). Para que as operadoras exclusivamente odontológicas recebam as notificações eletrônicas de ABIs, estas devem realizar cadastro no Protocolo Eletrônico de Ressarcimento ao SUS (PERSUS). O Ressarcimento ao SUS é devido em razão dos atendimentos realizados na rede pública de saúde pelos beneficiários das operadoras, desde que esses serviços estejam também previstos nos Contratos. Confira o ofício contendo as orientações acerca do processo de ressarcimento ao SUS: <http://bit.ly/2b5etca>.

MPE diz que políticas para o idoso são insuficientes

O Ministério Público Estadual está investigando a falta de políticas públicas para idosos no município de Cuiabá. Um inquérito civil foi instaurado no dia 25 de julho pela promotora Salete Maria Búfalo Poderoso. No documento, a promotora cita a falta de políticas relacionadas à não criação de Centro Dia para acolhimento de anciões.

Segundo o Ministério Público, a investigação foi aberta após uma reunião realizada juntamente com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano e oficiou a secretaria para saber sobre a existência de um estudo de viabilidade da criação do Centro Dia.

A secretaria respondeu que já existia uma comissão para realizar o estudo, inclusive publicado no Diário Oficial de Contas de 18/02/2016. Depois disso o Ministério Público oficiou novamente para saber o estágio da análise. A secretaria sugeriu transformar o já existente Centro de Convivência de Idosos Aídeê Pereira em Centro para a Pessoa Idosa, isso porque o local tem espaço suficiente.

A promotora disse que a ausência de políticas públicas no que se refere aos direitos dos idosos, especialmente na criação de um Centro Dia, pode configurar lesões à Constituição Federal, ao Estatuto do Idoso e à garantia dos direitos à pessoa idosa. “Instauro o inquérito civil objetivando colher informações, requisitar documentos técnicos e tomar medidas adequadas para concluir esta investigação atinente à criação do Centro Dia para idosos”, afirmou a promotora.

Piauí: HGV realiza 20 cirurgias durante mutirão ortopédico para agilizar atendimento a idosos

O Hospital Getúlio Vargas (HGV) realizou 20 cirurgias ortopédicas no último sábado (6/8), a ação fez parte de um esforço conjunto da Secretaria de Estado da Saúde e HGV para agilizar o atendimento de pacientes tanto de hospitais do interior quanto da capital. Dos 59 pacientes que estavam na Lista da Regulação, no período de 9 de julho a 4 de agosto, 17 eram idosos, sendo 11 do sexo feminino. A meta é que todos sejam operados. Segundo dados do Sistema de Gestão Hospitalar do HGV, nos últimos cinco meses (março a julho), já deram entrada no Hospital, 290 idosos. Cerca de 30% das fraturas decorrem de traumas domésticos.

Fonte: Governo do Estado do Piauí

Compra de medicamentos por centros de equivalência é facilitada

A Anvisa publicou no Diário Oficial da União (1º/8) a Resolução - RDC 96/2016 - que facilita a compra de medicamentos sujeitos a controle especial. Centros de equivalência devem fazer adequações de utilização e guarda. Os centros de equivalência farmacêutica e biodisponibilidade/bioequivalência poderão adquirir medicamentos sujeitos a controle especial em distribuidoras, sem a necessidade de emissão de Autorização para Aquisição de Medicamentos Sujeitos a Controle Especial (AMC) pela Anvisa para cada compra.

A norma facilita o processo de emissão da AMC e possibilita que uma autorização possa se referir a mais de um estudo. Além disso, a permissão teve o prazo de validade ampliado para um ano. A norma também prevê que a isenção da Autorização para medicamentos cuja retenção de receituário não é exigida.

A RDC estabelece prazos para que os centros realizem adequações relacionadas a guarda sob chave e a outros requisitos necessários para a utilização e o controle especial dos produtos, como a obtenção de Autorização Especial.

Governo determina revisão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez

Os segurados da Previdência Social que recebem auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez há mais de dois anos poderão ser convocados para uma revisão de seus benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A portaria interministerial nº 127, publicada nesta sexta-feira (5/8), regulamenta os critérios para a chamada. Os aposentados por invalidez que já tenham completado 60 anos de idade não passarão pelo processo. O objetivo é evitar pessoas que já estejam em condição de trabalhar continuem recebendo os benefícios e a proposta do governo é reduzir gastos da Previdência em mais de R\$ 6 bilhões por ano. A revisão dos benefícios já estava prevista na Medida Provisória 739/2016, em análise no Congresso Nacional.



Foto: Matheus Oliveira/Agência Saúde

Projeto quer garantir ordem de inscrição em listas para cirurgias do SUS

Irregularidades na lista de cirurgias programadas pelo SUS poderão ser enquadradas como ato de improbidade administrativa. A punição está prevista em projeto de lei (PLS 393/2015) do senador Reguffe (Sem partido-DF), aprovado nesta quarta-feira (3) pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O ponto de partida da proposta é tornar obrigatória a divulgação da lista de agendamento de cirurgias pelo SUS na internet, tanto as realizadas por hospitais públicos quanto pela rede privada conveniada. Está prevista ainda a atualização semanal dessa relação, bem como o enquadramento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) do serviço de saúde que deixar de elaborá-la ou fraudá-la. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

TCU deverá se manifestar sobre gastos com pessoal contratado por Organização Social

Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



A gestão de unidades de saúde por meio de Organizações Sociais, incluindo a contratação de profissionais como médicos e enfermeiros, tem gerado debates por todo o Brasil. Para sanar dúvidas acerca desses contratos, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) pediu a manifestação e análise do Tribunal de Contas da União (TCU). O Requerimento foi aprovado pela

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado nesta quarta-feira (3) e segue para votação no Plenário. O pedido foi estimulado pelo governador do Distrito Federal, ex-senador Rodrigo Rollemberg. Ele tem projeto de adoção dessa modalidade de contrato para a área de saúde da capital, mas antes, precisa esclarecer dúvidas quanto à necessidade de incluir ou não os gastos com contratação de pessoal entre as despesas de pessoal do governo, para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Enquanto o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF) recomenda a inclusão, os TCs de outros estados, como São Paulo, têm interpretação divergente. Para Lídice, como se trata de assunto importante para a implantação de políticas públicas de saúde, é necessário que o TCU se pronuncie sobre o tema e auxilie o Congresso e o GDF nessa compreensão.

Comissão aprova atendimento prioritário a pessoa com doença grave

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou proposta que prevê atendimento prioritário aos pacientes que vivem com doenças graves em repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos. A medida está prevista no Projeto de Lei 3808/15, do deputado Paulo Foletto (PSB-ES). Hoje, a lei garante essa prioridade às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 anos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos (Lei 10.048/00). A proposta será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Congresso Norte e Nordeste de Atenção Domiciliar

Tema: Atenção Domiciliar no SUS, avançando pelo Brasil, valorizando as peculiaridades

Data: 25 a 27 de agosto

Local: Auditório da APPM - Av. Pedro Freitas, 2000 - Vermelha, Teresina, PI,

Inscrições: www.connad2016.com.br

Realização: Governo do Estado do Piauí e Ministério da Saúde

Curso Judicialização da Saúde na Atenção Domiciliar

Capacitação ofertada em nível de extensão, na modalidade a distância e autoinstrucional, o curso vai abordar: Atenção Domiciliar no Contexto Atual do SUS; Compreendendo a Judicialização da Saúde e Compreendendo a Judicialização no Contexto da Atenção Domiciliar.

Inscrições: <http://bit.ly/2awVG4v>

Realização: Ministério da Saúde e Rede UNA-SUS

XII Encontro Nacional de Economia da Saúde

Tema "Crise: Como financiar o SUS? Desafios para a sustentabilidade"

Data: 24 a 26 de agosto

Local: Hotel Vila Galé - Rua Morro do Escravo Miguel, nº 320 - Ondina, Salvador, BA

Inscrições até 15/08: www.2016.abresbrasil.org.br

26º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos

Tema: Parcerias estratégicas para enfrentar a crise

Data: 31 de agosto e 1º de setembro

Pauta: Conjuntura política e econômica e seus impactos na saúde pública e suplementar; Financiamento da saúde; Saúde Suplementar atualização de contratos e classificações de hospitais

Local: Hotel Nacional de Brasília, SHS, Quadra 01 - Bloco A, DF

Informações: (61) 3321-9563 ou <http://www.cmb.org.br/congresso>

Realização: Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas

Debate CEE-Fiocruz: Futuros do Brasil

Pauta: Discutir o impacto do teto constitucional para despesas públicas

Data: 16 de agosto de 2016

Horário: 14h às 17h

Local: Auditório térreo da Ensp/Fiocruz - Rua Leopoldo Bulhões, 1.480, Bonsucesso, Rio de Janeiro

Transmissão via internet:

www.cee.fiocruz.br

Informações: (21) 3882-9133 ou cee@fiocruz.br

UNA-SUS/UFMA promove curso Gestão Pública em Saúde

Estão abertas, até 31/10 as inscrições para a capacitação em Monitoramento e Avaliação das Ações em Saúde, modalidade a a distância e autoinstrucional,

Inscrições: http://www.unasus.ufma.br/gestao_publica/

I Curso de Introdução e Prevenção e Controle de Infecção relacionada à Assistência à Saúde

Datas: 1º, 8, 15, 22 e 29/09

Horário: 18h30 às 22h30

Local: Sala 2 - Térreo, Bloco B, Hospital Moinhos de Vento - Rua Tiradentes, 333, Porto Alegre, RS

Programação: <http://www.iep-moinhos.com.br/eventos/>

Informações: (51) 3537-8735 ou eventoscientificos@hmv.org.br

EXPEDIENTE

Política & Saúde é um periódico elaborado pelo Instituto Alta Complexidade Política & Saúde. Conteúdo informativo e educativo sobre Alta Complexidade em saúde, políticas públicas e universo da pessoa com deficiência.

Presidente: Sandra Mota

Jornalista Responsável: Hulda Rode (DRT DF N°8610/2010)

E-mail: contato.altacomplexidade@gmail.com

Site: www.altacomplexidade.org

Permitida a reprodução do conteúdo, desde que citada a fonte: © Alta Complexidade Política & Saúde 2016